18:10 100%

CARLOS GÓES

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

A economia da guerra às drogas

O Senado aprovou na terça-feira a PEC sobre drogas. O projeto emenda o artigo 5º da Constituição (aquele dos direitos individuais, que é cláusula pétrea) e determina que a "posse ou porte" de qualquer quantidade de droga é crime, salvo explícita autorização legal. A PEC se contrapõe à regulamentação do porte e produção da maconha para uso pessoal, em discussão no Supremo Tribunal Federal.

Não há dúvida de que essa discussão é de extrema relevância para o país. O alto nível de violência no Brasil tem custos humanos, sociais e econômicos. Em um estudo da Presidência da República de alguns anos atrás, estimou-se que os custos da criminalidade para o país chegam a 4,4% do PIB ao ano.

Esse contexto permeou o debate. Entre argumentos contrários, foi mencionado que a legalização da maconha em outros países teria "aumentado o número de dependentes entre os jovens" e ampliado "o tráfico de drogas e o crime organizado."

Mas, afinal, o que realmente sabemos sobre esse assunto?

Antes de mais nada, é preciso entender o mercado das drogas. Gary Becker, prêmio Nobel de Economia, foi um dos pioneiros a pensar essas questões, ainda na década de 1980.

Em teoria, uma repressão à produção de determinado bem ilícito pode tanto aumentar ou reduzir a receita total dos traficantes. A resposta depende do comportamento dos consumidores.

A repressão à produção tende a aumentar os custos de produção e comercialização e, com eles, o preço desses produtos. Mas se a procura por eles não cair muito com o aumento dos preços, os traficantes acabam elevando sua receita.

Pense, por exemplo, no consumo de combustível. Se o preço subir, algumas pessoas podem até tentar trocar o carro pelo metrô. Mas um grande contingente de pessoas continua dirigindo. Com isso, a receita de quem vende combustível aumenta. Em economês, chamamos esses de "bens inelásticos".

E o que acontece com o consumo de drogas quando há um aumento de seus preços?

Três economistas, Adam Davis, Karl Geisler e Mark Nichols, utilizaram dados disponíveis em sites de compra e venda de maconha nos EUA para estimar essa relação. Eles concluem que, depois de aumentos de preços, a demanda cai, mas não o suficiente para levar a uma perda de receita.

Isso não é completamente inesperado, já que entorpecentes podem levar ao vício, e esses usuários não devem ser muito sensíveis ao preço. Portanto, é preciso ter cuidado com potenciais consequências não intencionais da repressão, já que essa evidência sugere que a guerra às drogas pode aumentar a receita dos traficantes.

E quanto ao argumento de que a legalização aumentaria o tráfico?

O psiquiatra Michael Amlung e uma equipe de economistas e psicólogos sociais estudaram isso com experimentos comportamentais. O foco deles era saber até que ponto o produto ilegal é um substituto ao produto legalizado.

Eles concluem que, de fato, esses produtos são substitutos. Ou seja, se o preço da maconha legalizada for suficientemente alto, as pessoas consumiriam o produto ilegal. Contudo, elas estão dispostas a pagar mais para ter um produto legal e regulado.

Pelos mesmos motivos, o acesso ao produto legalizado pode reduzir o mercado do produto ilegal. Evelina Gavrilova, Takuma Kamada e Floris Zoutman, três economistas, estudaram o efeito da expansão da maconha medicinal nos EUA sobre a violência em estados mexicanos que são controlados pelo tráfico. Eles mostram que a violência caiu quando estados vizinhos ao México legalizaram a maconha medicinal. A lógica é que o produto ilegal tenha sido substituído pelo legal, levando a uma queda nas receitas do tráfico e da violência consequente dele.

Finalmente, não há nenhuma evidência sistemática indicando que a maconha pode servir de "porta de entrada". Numa recente revisão da literatura, os economistas Mark Anderson e Daniel Rees analisaram 20 estudos que indicam que não há evidência de que a descriminalização leva ao aumento do uso entre adolescentes.

Claro, há também consequências negativas. Por exemplo, há um relativo consenso entre os estudos que indica que a legalização da maconha leva a um aumento das fatalidades no trânsito.

No fim, é preciso considerar que as políticas defendidas podem levar a consequências, por vezes, contrárias às desejadas. Se concordarmos todos com o objetivo de um país menos violento e mais próspero, vamos discordar somente em como chegar lá. E a melhor evidência empírica disponível deve apontar o caminho.

RETRATOS DO BRASIL

Salário dos mais ricos tem maior alta; parcela mais pobre vê pouco ganho

Dados do IBGE mostram que famílias com melhores condições financeiras já conseguiram voltar ao nível pré-pandemia

VINÍCIUS NEDER, CAROLINA NALIN E ARTHUR FALCÃO*
economia@oglobo.com.br

Os dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que os 10% mais ricos da população brasileira tiveram ganhos mais altos no mercado de trabalho, registrando uma alta de 10,4% em 2023 se comparado a 2022 — o equivalente a R$ 12.163 por pessoa da família ao mês. O percentual indica que esse grupo, que tende a ter maior qualificação profissional e escolaridade, conseguiu voltar ao nível em que se encontrava no pré-pandemia. Na base da pirâmide de renda, a fatia mais pobre também teve ganho, mas apenas de 1,8% (R$ 389 por pessoa ao mês).

— Os mais ricos contam com rendimentos de capital financeiro e propriedades, além de lucros e dividendos. Existe ainda uma parcela que depende dos salários, associado à elite do funcionalismo público. Mas são essas outras fontes que garantiram uma forte alta (da renda como um todo em 2023) — explica Lucas Assis, economista da consultoria Tendências.

CRESCIMENTO DESIGUAL

A literatura aponta que, como tendência, a recomposição de salários após a ocorrência de uma crise tende a ocorrer de forma desigual, explica Luiza Nassif-Pires, diretora do Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo):

— O efeito da crise demora mais a passar para os grupos menos favorecidos e passa mais rápido para os mais favorecidos. Este é também um dos elementos pelo qual a gente tem uma exacerbação da desigualdade.

No primeiro ano da crise sanitária, os ganhos dos trabalhadores mais qualificados até subiram, mas por causa de um efeito estatístico — houve redução no número de ocupados no auge da pandemia, e quem continuou trabalhando, em geral, tinha salário mais elevado.

Só que, depois, os ganhos médios caíram em 2021 e 2022. Foi o que aconteceu com a advogada Andrea Vidal, de 52 anos, que mora na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio, e trabalha em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Sua renda foi atingida em cheio pela Covid-19, inclusive em 2020.

— No ano da pandemia (a renda) realmente caiu muito, foi péssimo. O Judiciário ficou fechado por muito tempo, então a gente não tinha sentença, não tinha decisões e não tinha ganhos. E, pós-pandemia, continuou praticamente a mesma coisa — conta Andrea. — Para dizer a verdade, só começou a normalizar ano passado.

Entre os 10% mais pobres, a alta de 1,8% significou um ganho de R$ 389 por pessoa por mês; valor abaixo do salário mínimo (R$ 1.412). Desde a pandemia, a comparação é mais favorável: alta de 12,4%.

Os cálculos para se chegar aos ganhos no mercado de trabalho consideram os valores recebidos por todas as atividades laborais, formais ou informais, e a renda domiciliar per pessoa, considera cada membro da família, incluindo quem não trabalha, como crianças e idosos.

Para Assis, os números de emprego e renda do IBGE revelam que o mercado de trabalho se recuperou totalmente dos prejuízos causados pela pandemia, tanto em nível de ocupação quanto em termos de rendimento médio. Mas o cenário em 2019, pré-Covid 19, já era marcado por condições deterioradas do mercado de trabalho que o país não conseguiu superar:

— O nível de ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, ainda segue abaixo dos que a gente via há uma década, no início da série histórica em 2012.

A expectativa é que em 2024 haja uma forte desaceleração no crescimento da ocupação e do rendimento médio, em linha com a perda de fôlego da atividade, projeta o economista da Tendências.

MÁRCIA FOLETTO

Família Vidal. A advogada Andrea e o marido Laerson, representante comercial, da Barra: qualidade de vida recuperada

OS GANHOS NO MERCADO DE TRABALHO

Variação por faixa de renda (em %) entre 2022 e 2023

Alcance do Bolsa Família bate recorde em 2023

Transferência de renda abrange 19% de todos os domicílios do Brasil. Na comparação com 2019, no pré-pandemia, avanço foi de 42,4%

RIO E BRASÍLIA

No primeiro ano da volta do Bolsa Família, recriado em março de 2023, o principal programa de transferência de renda do país atingiu uma abrangência inédita: 1/5 ou 19% de todos os domicílios do Brasil receberam o benefício mínimo de R$ 600 no ano passado, informou o IBGE. É a maior proporção da série histórica do instituto, iniciada em 2012. Na comparação com 2019, último ano antes da pandemia, o avanço foi de 42,4%.

O alcance do Bolsa Família no ano passado só não supera o do Auxílio Emergencial, no auge da pandemia: em 2020, quando 23,7% dos domicílios do país receberam o benefício temporário. Em 2022, 16,9% dos domicílios estavam no programa. Segundo especialistas consultados pelo GLOBO, o impacto no ano passado foi maior porque o valor de R$ 600 mensal durou o ano todo, enquanto o Auxílio Emergencial de 2020 e 2021 foi pago durante alguns meses, num vaivém de condições e valores.

No governo Bolsonaro, o programa foi rebatizado como Auxílio Brasil e teve valor elevado a R$ 600 por mês, em meados de 2022. Quando foi recriado, o Bolsa Família incluiu dois benefícios complementares, para crianças de até 6 anos e jovens e gestantes.

Grávida de seis meses, Vitória Carvalho da Silva, de 17 anos, já deu entrada no pedido.

— Com a criança chegando vai ser difícil. O meu marido trabalha, e o salário é de R$ 300 — diz a adolescente, moradora da Favela do Sol Nascente, no Distrito Federal.

Com a ampliação dos beneficiários e o reajuste no benefício, o rendimento domiciliar médio por pessoa das famílias que recebem Bolsa Família foi de R$ 635 em 2023, alta de 14% ante 2022, atingindo o maior valor desde 2012.

Com isso, a transferência de renda no orçamento familiar pesou. Em 2023, 5,2% do rendimento médio de todas as fontes vieram de "outros rendimentos", campo em que estão classificadas as transferências do Bolsa Família, ante 4,6% em 2022. É o segundo maior nível da série histórica; só atrás dos 7,2% de 2020, com o Auxílio Emergencial. *(Vinicius Neder e Renan Monteiro)*

BRENNO CARVALHO

Grávida. Vitória da Silva, moradora da Sol Nascente (DF), requisitou o benefício

||| ○ <